

Pôster

**PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS SOBRE O PROCESSO DE ACESSO A DADOS  
SOBRE A SAÚDE EM SÍTIOS DO GOVERNO FEDERAL**

Rita de Cássia Cassiano Lopes - UNESP  
Ricardo César Gonçalves Sant'Ana - UNESP

**Resumo**

Informações sobre atos governamentais, antes de difícil acesso, passam a ser disponibilizadas pelos sítios do Governo Federal, propiciando o aumento da transparência da gestão da coisa pública, permitindo que o cidadão acompanhe como recursos públicos estão sendo utilizados. Neste cenário, profissionais da área da saúde são atores essenciais nesta tarefa de acompanhamento, pois possuem conhecimento e contato direto com o contexto de aplicação sendo, ainda, potenciais integrantes de Conselhos Municipais de Saúde, instância que tem como uma de suas tarefas básicas e elementares: a da fiscalização. Neste contexto a disponibilização de informações sobre repasses financeiros do Governo Federal é crucial para o efetivo controle. A partir de experimento realizado com profissionais da saúde, apresenta-se neste artigo a percepção de usuários no processo de acesso a dados. A metodologia utilizada na pesquisa foi de caráter exploratório quantitativo, com a utilização de questionários com respostas graduadas pela Escala de Likert. Os acessos aos dados foram feitos tomando como ponto de partida o sítio do Datasus. Identificou-se grande dificuldade no processo de acesso aos dados nos sítios governamentais e a ocorrência de páginas indisponíveis, o que inviabilizou parte das consultas. Concluiu-se, ainda, que não foram atendidos princípios de Dado Aberto e que os profissionais da área da saúde desconhecem as formas sobre como os repasses são feitos, bem como os meios necessários para se obter informações a respeito.

**Palavras-chave:** Acesso a dados governamentais. Repasses financeiros. Saúde pública.

**Abstract**

Information on government actions before inaccessible, are now available by the Federal Government sites, providing increased transparency of public management, allowing citizens to track how public resources are being used. In this scenario, health professionals are key players in this follow-up task, because they have knowledge and direct contact with the application context is also potential members of the Municipal Health Council, a body that has as one of its basic tasks and elementary : the surveillance. In this context, the availability of information on financial transfers from the Federal Government is crucial for effective control. From experiment conducted with health professionals, this article presents the perception of users in the process of data access. The methodology used in the research was exploratory quantitative, using questionnaires with answers graded by Likert Scale. Data accesses were made taking as starting point the site Datasus. Identified major difficulty in the process of data access in government sites and the occurrence of unavailable pages, which prevented part of the consultations. Concluded further that went unanswered Open Data principles and that health professionals are unaware of the ways on how the transfers are made, and the means necessary to get information about it.

**Keywords:** Access to government data. Onlendings financial. Public Health.

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos grandes avanços na esfera social que a Internet tem promovido é o acesso a dados governamentais, referentes à administração pública, ampliando a Transparência Pública. Segundo Frey et al. (2002), o acesso a esse tipo de dado “é pré-condição para a participação do cidadão e dos grupos organizados da sociedade nos processos políticos e na gestão da coisa pública e, portanto, para uma democracia mais efetiva”. Porém, o que se tem verificado, e assim se constituído em um problema, é que esse acesso é somente parcial, superficial e de difícil compreensão, além de recuperar um grande volume de dados, o que acaba inviabilizando análises e interpretações. Essas ocorrências apresentam-se como fator de desmotivação no acesso e consulta a dados públicos. Para Sant’Ana (2009, p.60), “é preciso facilitar o caminho do usuário, por meio de recursos diferenciados que ajudem no processo de recuperação”.

O objetivo deste trabalho é apresentar a percepção de profissionais da área da saúde em relação ao acesso a dados disponibilizados pelo Datasus, que é o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (SUS).

## 2 METODOLOGIA

A metodologia consistiu em uma pesquisa de caráter exploratório quantitativo, adequada para apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados, pois utiliza instrumentos estruturados, como os questionários (GIL, 2010).

O questionário que foi aplicado para essa pesquisa é fundamentado numa escala de Likert de 5 categorias, onde atribui-se valores numéricos e/ou sinais às respostas para refletir a força e a direção da reação do entrevistado à declaração. A pesquisa contou com 15 participantes, todos discentes do curso de Enfermagem, com idades entre 22 e 52 anos. A amostra é limitada e serviu como base para uma pesquisa mais ampla em andamento.

Para a coleta dos dados foi aplicado um questionário com as seguintes perguntas:

*Com base nos repasses feitos ao município de Assis-SP:*

- 1. Quais Blocos de Financiamento receberam repasses em 2012?*
- 2. Quais programas do Bloco de Financiamento “Atenção Básica” receberam repasses financeiros e qual o total de cada um?*
- 3. Identifique um dos repasses de um dos programas do Bloco “Atenção Básica” com: nome do favorecido, data do repasse, nº da conta e valor.*

Uma informação adicional também foi fornecida aos participantes no momento da pesquisa, pois uma página da consulta se apresentou indisponível. Portanto, neste momento, houve interferência do pesquisador-observador. Todos os participantes receberam uma folha com as perguntas, onde deveriam respondê-las, bem como escolher a escala entre os 5 níveis

da escala de Likert. Também, na mesma folha, os participantes poderiam escrever, em texto livre, observações que achassem relevantes.

### **3 REPASSES FINANCEIROS**

Com a descentralização da gestão da saúde estabelecida pela Constituição brasileira de 1988, os estados e municípios passam a ter autonomia para administrar suas ações e programas em saúde, de acordo com as necessidades locais. Para viabilizar tal situação, o Fundo Nacional de Saúde (FNS) passa a gerir os recursos financeiros do SUS e repassá-los aos municípios para que sejam alocados nas ações de promoção da saúde. A Lei 8.142 de 28 de Dezembro de 1990 dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS, por meio de instâncias colegiadas que são as Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde com destaque para os Conselhos Municipais de Saúde, instâncias que tem como uma de suas tarefas básicas e elementares: a da fiscalização (GOHN, 2011, p.81). Assim, o Decreto Nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, estabelece que esses recursos sejam fiscalizados por Conselhos de saúde constituídos em cada esfera de governo.

Art. 3º Os recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde serão movimentados, em cada esfera de governo, sob a fiscalização do respectivo Conselho de Saúde, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos do sistema de Controle Interno do Poder Executivo e do Tribunal de Contas da União (BRASIL, 1994).

O Decreto 5.839 de 11 de julho de 2006 que dispõe sobre a organização dos Conselhos diz,

Art. 3º Os Conselhos devem ser constituídos na forma paritária, ou seja, cinquenta por cento de representantes de entidades e dos movimentos sociais de usuários do SUS; e cinquenta por cento de representantes de entidades de profissionais de saúde, incluída a comunidade científica da área de saúde, de representantes do governo e de entidades de prestadores de serviços de saúde (BRASIL, 2006).

Neste contexto, é de suma importância que profissionais da área da saúde tenham conhecimento desses trâmites acerca das transferências de recursos aos municípios, pois são potenciais utilizadores deste tipo de informação, tanto como profissionais, quanto como cidadãos, ou ainda como membros de Conselhos Municipais, Estaduais ou Distritais de Saúde, que são responsáveis pelo acompanhamento desses repasses.

A escolha do sítio do Datasus se deu em função de sua importância no cenário da disponibilização de informações na área da saúde pública brasileira e também disponibiliza acesso a informações sobre repasses financeiros advindos do Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde. O Datasus<sup>1</sup> possui um item com o nome “Informações Financeiras” em

---

<sup>1</sup> [www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br)

sua primeira página, que ao ser selecionado, disponibiliza outra opção, “Transferência a Municípios”, onde pode-se obter as informações solicitadas na pesquisa.

#### 4 A PESQUISA

A pesquisa buscou identificar a percepção de profissionais da saúde no acesso a dados sobre repasses financeiros à área da saúde, bem como suas Facilidades/Dificuldades. O acesso aos dados foi feito por meio do sítio do Datasus e foi determinado que o tempo fosse livre. No momento do acesso ao Portal da Saúde, os participantes se depararam com uma página indisponível para as consultas Fundo a Fundo, como mostra a Figura 1 e que não está mais disponível desde 28/02/2013.

Figura 1: Página de Consulta Fundo a Fundo (indisponível)



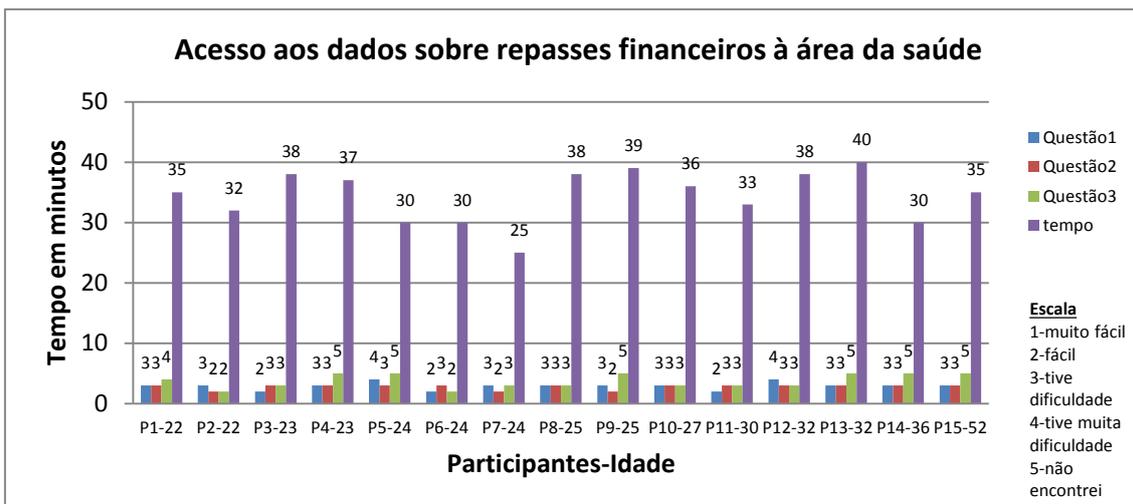
Fonte: Autores. Acesso em: 20/07/2013

Assim, foi informado aos participantes que havia outro caminho para o acesso aos dados. A nova possibilidade seria a opção “Acesso à Informação”, constante da mesma página. Ao clicar na opção “Acesso à informação”, o usuário é direcionado a outra página com a opção “Convênios e Repasses”. Assim, diante da nova possibilidade de acesso aos dados, o grupo de participantes pode proceder, enfim, à consulta e responder às questões da pesquisa. Todos confirmaram que nunca haviam feito este tipo de consulta.

#### 4.1 RESULTADOS

Todos os participantes conseguiram chegar à página que continha as informações para responder às perguntas, após a interferência do pesquisador. O gráfico da Figura 2 demonstra o tempo das consultas, bem como as escalas de Likert escolhidas. O tempo de acesso aos dados está levando em conta a ocorrência da indisponibilidade da página e assim a necessidade de se utilizar outros caminhos, com mais links, portanto com mais “cliques”, que podem ter tornado o acesso mais demorado.

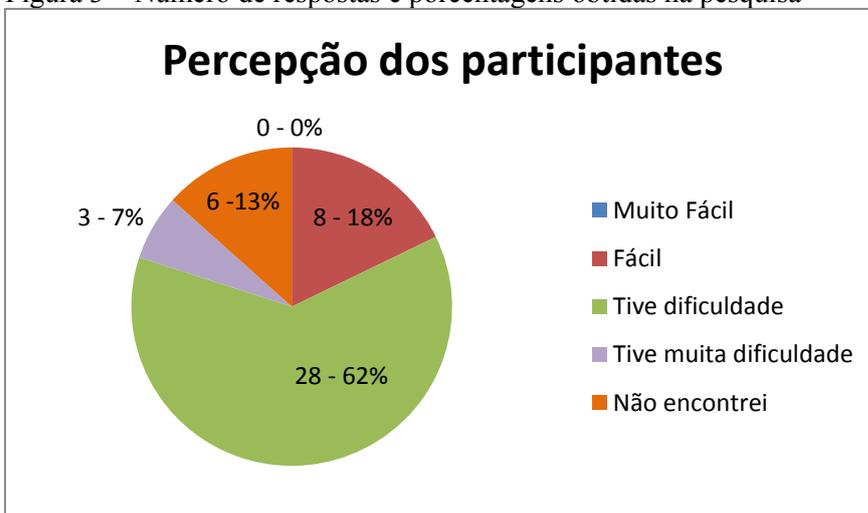
Figura 2 – Tempo utilizado no acesso aos dados e percepção dos participantes



Fonte: Autores

O gráfico da Figura 3 deixa claro que a maioria dos participantes teve dificuldade (28 respostas) e que não houve quem identificasse a tarefa como Muito Fácil, o que ratifica a justificativa de necessidade de melhorias no processo de recuperação dos dados. As demais obtiveram as seguintes classificações: Fácil – 8 respostas (17,8%); Tive dificuldade – 28 respostas (62,2%); Tive muita dificuldade – 3 respostas (6,7%); Não encontrei – 6 respostas (13,3%)

Figura 3 – Número de respostas e porcentagens obtidas na pesquisa



Fonte: Autores.

O resultado da pesquisa mostrou inúmeras deficiências no processo de acesso aos dados sobre repasses financeiros aos municípios brasileiros, disponibilizados no sítio do Datasus. As páginas indisponíveis inviabilizam totalmente o acesso e, durante a pesquisa, em vários momentos percebeu-se esta ocorrência.

Em relação aos princípios estabelecidos para a configuração de Dados Abertos (*Open Government, 2007*), a pesquisa demonstrou que pelo menos o princípio de Dado Primário, que tem forte relação com o conceito de granularidade, foi comprometido. E neste caso, as

respostas para a pergunta “Identifique 1(um) repasse individualmente com: nome do favorecido, data do repasse, nº da conta e valor”, não identificaram individualmente o nome do favorecido, sendo todos vinculados a um único favorecido: “Fundo Municipal de Saúde”.

Outra constatação da pesquisa foi o grande desconhecimento, por parte dos discentes participantes da pesquisa, sobre a disponibilização desse tipo de informação, bem como a nomenclatura com que é referenciada no sítio. Ou seja, os sítios governamentais não apresentam coerência conceitual em relação ao vocabulário utilizado pelos potenciais usuários.

Para FREY et al. 2002 “Um dos principais fundamentos da transparência dos atos governamentais é a garantia de acesso dos cidadãos às informações coletadas, produzidas e armazenadas pelas diversas agências estatais” e esta pesquisa revelou, pela metodologia utilizada da escala de Likert, que a classificação “Tive muita dificuldade” foi a mais escolhida, e esse resultado demonstra que há entraves no acesso a esse tipo de dado, o que compromete seriamente a transparência pública dos dados governamentais.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As TIC têm se mostrado meios eficientes de disponibilização de dados governamentais, uma vez que, por meio da Internet, o acesso se torna mais fácil e rápido, em relação a outros meios tradicionais. No entanto, essas tecnologias devem permitir o acesso a informações de forma eficiente, permitindo a recuperação para outros usos, em quaisquer outros cenários.

Dentro deste contexto, a pesquisa permitiu a conclusão de que os dados públicos governamentais sobre repasses financeiros à área da saúde, disponibilizados por meio do sítio do Datasus, não estão acessíveis como deveriam, pois: o acesso não é facilitado; as informações não são claras e objetivas; existem páginas indisponíveis sem qualquer justificativa ao cidadão e; o nível de granularidade está comprometido.

Destaca-se, ainda, que dentro do universo representado pela pesquisa, os discentes do curso de Enfermagem desconhecem esse tipo de disponibilização de dados, comprometendo assim suas potenciais participações em Conselhos Municipais de Saúde.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL, **Lei N° 8.142 de 28 de Dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Brasília 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18142.htm). Acesso em 10/02/2013.

\_\_\_\_\_, **Decreto Nº 1.232, de 30 de Agosto de 1994**. Dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências. Portal do Planalto, Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D1232.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1232.htm). Acesso em 15/02/2013.

\_\_\_\_\_, **Decreto Nº 5.839 de 11 de julho de 2006**. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o processo eleitoral do Conselho Nacional de Saúde - CNS e dá outras providências. Portal do Planalto, Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5839.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5839.htm). Acesso em 20/02/2013.

FREY, K.; CEPIK, M.; VAZ, J. C.; EISENBERG, J.; FOWLER, M. B.; ASSUMPÇÃO, R. O. **O acesso à informação**. In: SPECK, Bruno Wilhelm (org). Caminhos da transparência: análise dos componentes de um sistema nacional de integridade. Campinas: Unicamp, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 185 p. ISBN 9788522458233.

GOHN, Maria da Gloria. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011

SANT'ANA, R.C.G. - **Tecnologia e gestão pública municipal: mensuração da interação com a sociedade** – São Paulo: Cultura Acadêmica, Editora UNESP, 2009. Disponível em: [http://www.culturaacademica.com.br/catalogo-detalle.asp?ctl\\_id=57](http://www.culturaacademica.com.br/catalogo-detalle.asp?ctl_id=57).

Acesso em 30/03/2013.